



A FORMAÇÃO DE PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE –EXTREMO OESTE CATARINENSE, REGIÃO SUL DO BRASIL

THE LANDSCAPE FORMATION OF SÃO MIGUEL DO OESTE COUNTY –
WESTERNMOST REGION OF SANTA CATARINA STATE, SOUTH REGION OF
BRAZIL

Vitor Luiz Bocalon

Universidade Federal de Santa Catarina

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia

vitorboca@yahoo.com.br

RESUMO

O extremo oeste catarinense foi colonizado por duas etnias europeias distintas, a alemã, estabelecendo-se às margens do rio Uruguai, e a italiana, ocupando as áreas altas, no divisor de águas das bacias do rio Uruguai a sul e do rio Iguazu, a norte, e recoberta por densa floresta, inserida nos grupos vegetacionais tipo Floresta Estacional Decidual (ou mata caducifólia) e Floresta Ombrófila Mista (mata com araucária). Neste artigo é discutido, através de uma abordagem histórica e baseado no conceito de paisagem, o processo relacionado à ocupação territorial do município de São Miguel do Oeste por descendentes de origem predominantemente italiana e como se processou, ao longo do tempo, a formação da paisagem atual do município. Dois grandes ciclos econômicos são discutidos: o primeiro relacionado à extração da madeira, associado aos primórdios da ocupação territorial, durante as décadas de 40 a 70 do século passado. O segundo ciclo, pertinente à criação intensiva de suínos, iniciado durante a década de 80 e durando até os dias atuais. Em ambos os ciclos, é possível perceber a geração de paisagem fortemente impactada devido não somente à tais atividades econômicas, mas também ao fato de, atualmente, a herança cultural não estar inserida no modelamento paisagístico do extremo oeste catarinense.

Palavras-chave: Paisagem; Meio Ambiente; Ocupação Territorial.

ABSTRACT

The westernmost region of Santa Catarina state was settled by two different european ethnic groups with the german group establishing at the margin of the Uruguai river and the italian group settled at the highlands between the Uruguai basin at the South and the Iguacu basin at the north and that was covered by dense rainforest included in the vegetative Seasonal Deciduous Forest (deciduous forest) and Ombrophilous Forest (araucaria forest). This paper discusses the processes related to the territorial occupation at São Miguel do Oeste county by descendants of predominantly italian origin and how the formation of the current county landscape was formed through time by a historical approach and based on landscape concepts. Two main economic cycles are discussed: the first one related to the extraction of the wood associated to the beginnings of the territorial occupation during the 40's to 70's of the last century. The second cycle is related to an intensive swine breeding initiated during the 1980s and lasting until nowadays. In both cycles it is possible to perceive the generation of highly impacted landscape due such economic activities and to the fact that currently the cultural heritage is completely excluded in the landscape modeling at the westernmost region of Santa Catarina state.

Keywords: Landscape; Environment; Territorial Occupation.

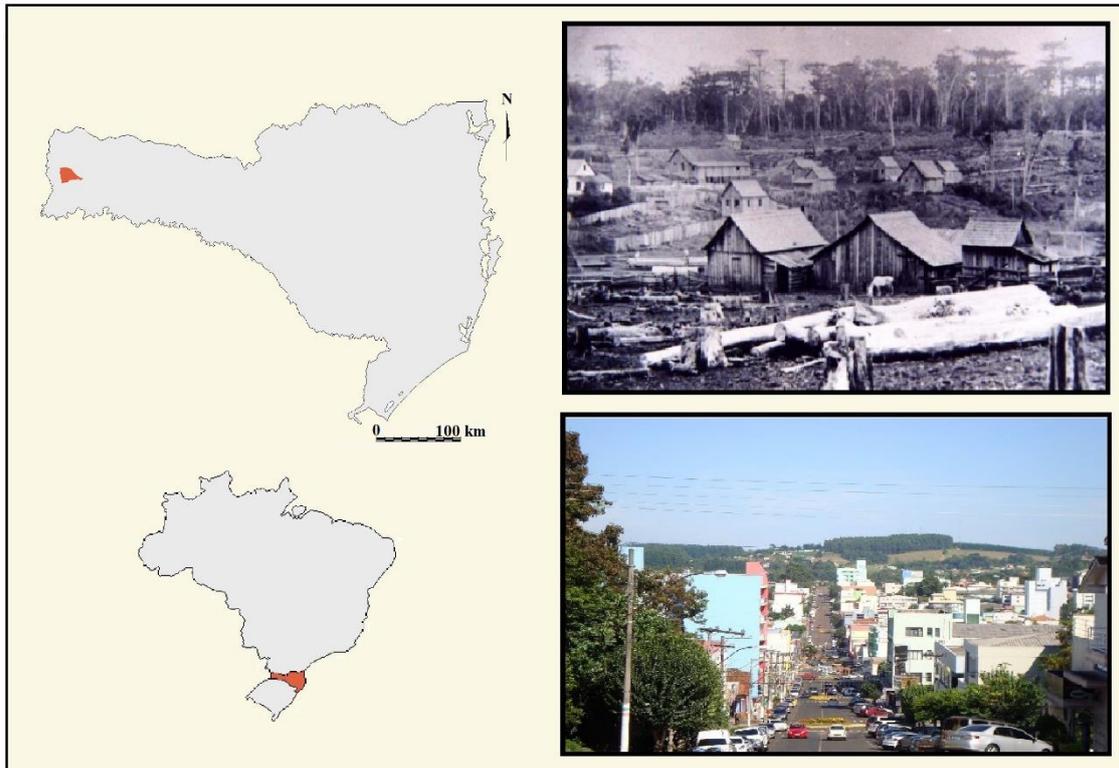
1 - Introdução

Durante o século XVII, a Europa vivenciou profundas mudanças sociais e econômicas, advindas da transição de modelo econômico feudal para capitalista, onde as cidades testemunharam significativo incremento tanto econômico quanto populacional. Associado a este crescimento houve geração de desemprego em massa, uma vez que as cidades não conseguiam absorver toda a mão de obra disponível. Por esta razão, nos séculos XVII e XVIII, o excedente de mão de obra foi induzido a ocupar outras regiões que não as europeias para exercerem suas atividades. Este contexto justificaria o grande movimento imigratório vivenciado no Brasil, no final do século XIX, quando chegaram imigrantes provenientes de diferentes países europeus, principalmente Itália e Alemanha (VICENZI, 2008). Grande parte dos imigrantes europeus, essencialmente os teuto-italianos, se estabeleceram nos estados do sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, onde a maioria se fixou, as dificuldades encontradas fizeram com que eles mesmos ou seus filhos nascidos no Brasil procurassem novas terras para residir e trabalhar. Dentro desta situação, tanto o oeste quanto o extremo oeste catarinense passaram a ser o destino de novas terras a serem colonizadas. Foi com essa expectativa que aqui chegaram a partir do início do século XX, os colonizadores, ocupando uma área até então habitada por índios e caboclos, passando a exercer atividades agrícolas em pequenas propriedades e, em segundo plano, atividades de ofícios (olaria, carpintaria, alfaiataria, etc.), cujos ensinamentos, mesmo antes de chegarem ao Brasil, eram passados de pai para filho (BOCALON & OTSUCHI, 2015).

As atividades extrativistas associadas às agrícolas, exercidas no modelo europeu de pequenas propriedades, bem como as de ofício, foram importantes no sentido de auxiliar na manutenção das tradições culturais e arquitetônicas dos ocupantes do oeste catarinense, para desta forma, participar na configuração da paisagem observada na região, cujos impactos ambientais advindos desse processo ocupacional são significativos até os dias de hoje. Neste contexto geral, o objetivo do presente artigo é demonstrar como se configurou a paisagem atual do extremo oeste catarinense, com a chegada dos novos personagens provenientes do Rio Grande do Sul, em meados do século passado. Para atingir os objetivos realizou-se uma análise com abordagem histórica da ocupação e do uso do espaços na área de estudo, ressaltando a identificação dos principais problemas ambientais decorrentes dessa ocupação, tendo como exemplo o município de São Miguel

do Oeste localizado no Extremo Oeste do estado de Santa Catarina, região sul do Brasil (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo e as mudanças na paisagem de São Miguel do Oeste, SC: supressão da cobertura vegetal nativa (acima, à direita) e substituição por espécies exóticas (abaixo, à direita).



Fonte: PRATES (1986); SILVA (2010); IBGE (2014).

2 - O conceito de Paisagem

Paisagem compreende um conceito bastante comum em Geografia, que procura definir e caracterizar determinada porção espacial de uma área. Paisagem é, por definição, uma porção do espaço material, onde a análise espacial assume função importante, principalmente no que se refere à classificação dos meios (BERTRAND, 1972). Neste sentido, deve ser ressaltada a maneira “como o homem percebe os conjuntos físicos de uma região”, interagindo e integrando-se com os mesmos (BERTRAND, 1998), gerando uma feição que deve ser estudada em seu conjunto, pois é nela que se inserem não somente aspectos temporais, sociais e culturais, mas também feições reais e simbólicas, bem como produções materiais e culturais.

Segundo Santos (1994), paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as características que representam as sucessivas relações localizadas entre o

homem e a natureza. Ou ainda conforme o mesmo autor, a paisagem forma-se como conjunto de objetos concretos. Neste contexto, Santos (1994) argumenta que os objetos constituintes da paisagem se configuram em algo material (aspectos físicos e bióticos) e imaterial (as heranças culturais e tradições). As atividades laborais realizadas inicialmente pelos migrantes descendentes de europeus na região em análise, tais como oleiros, alfaiates, carpinteiros, por exemplo, se constituíam, na Europa fornecedora de imigrantes ao Brasil, em “ofícios”, uma função que adquire conotação cultural, visto que eram transmitidos os conhecimentos de pai para filho, aspecto este que vem se perdendo lentamente no oeste catarinense.

De acordo com Santos (2012), o espaço pode ser definido como o “local” onde se inserem as cidades, a paisagem, a cultura e o social. Neste “local”, são distinguidos os elementos do espaço, ou seja, os homens (fornecedores de trabalho), as firmas (produção de bens, serviços e ideias), o meio ecológico (base física onde o homem trabalha) e a infraestrutura (a materialização do trabalho humano), onde os mesmos se encontram interligados e estruturados, admitindo, assim, que cada lugar seja considerado uma fração do espaço total. Por esta razão, a concepção de espaço aceita conotação abstrata, assumindo uma característica dialética, uma vez que:

O movimento que estamos tentando explicitar nos leva a admitir que o espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores, é que constituem o abstrato, na medida em que o seu valor sistêmico não está na coisa tal como a vemos, mas no seu valor relativo dentro de um sistema mais amplo”. (SANTOS, M., 1985, p. 31).

Ab’saber (2003) também agrega ao conceito de paisagem o termo “herança”, uma vez que todas as feições quantificadas e qualificadas são resultados de processos fisiográficos e biológicos. O autor inclui no conceito o patrimônio cultural de uma população, visto ser o mesmo de herança dos antepassados, tudo unido e formando uma territorialidade bem estabelecida (AB’SABER, 2003). Talvez, por esta razão, o conceito de paisagem, na ótica de Ab’saber mais se assemelha aquele de meio ambiente, uma vez que os aspectos antrópicos coexistem em harmonia com o meio físico e biológico de uma região. Quando a harmonia entre meio físico, biótico e antrópico é rompida, ocorrem os denominados impactos ambientais (BITTAR, 1995). É sob esta visão que o presente artigo se

desenvolve, pois procura estabelecer não somente a construção da paisagem, mas como a mesma foi impactada pelos colonizadores em dois grandes ciclos econômicos (extração da madeira e suinocultura), durante os processos de ocupação territorial do extremo oeste catarinense.

3 - A Ocupação Territorial e Início da Formação Da Paisagem Atual

A paisagem oeste catarinense foi moldada, em um primeiro momento, pela implantação de um grande ciclo econômico regional, iniciado nos anos 40 e encerrado na década de 70 do século passado, que consistia na extração da madeira (BAVARESCO, 2005). No final do século XIX e início do século XX, as terras inseridas hoje no extremo oeste catarinense consistiam em áreas de disputa territorial entre Argentina e Brasil, uma vez que Argentina alegava ser seu limite territorial o rio das Antas (um dos maiores afluentes à margem direita do rio Uruguai, situado entre o rio Peperi-Açu a oeste, e rio Chapecó a leste), enquanto que Brasil sempre defendia o limite atual, o rio Peperi-Açu (WERLANG, 2006). A fim de marcar presença neste território, o governo decretou que tais terras fossem consideradas devolutas, sendo as mesmas entregues para grandes empresas madeireiras do Rio Grande do Sul, com sedes em Soledade, Porto Alegre e Caxias do Sul, para que pudessem pôr em prática o início dos processos extrativistas e ocupacionais (SILVA, 2010).

São Miguel do Oeste, objeto do presente trabalho, está situado entre duas grandes bacias hidrográficas (rio Uruguai a sul e rio Iguaçu a norte), caracterizando-se em divisor de água entre ambas (PRATES et al., 1986). O extremo oeste catarinense apresenta clima do tipo subtropical mesotérmico úmido, com verões amenos e precipitações pluviométricas (total anual de 2.200 mm) bem distribuídas ao longo do ano, não ocorrendo longos períodos de seca (MONTEIRO, 2001). As quatro estações são bem definidas, devido à altitude da região, cujas altitudes médias são de 700 m acima do nível do mar, com verões quentes e úmidos e invernos frios, quando, eventualmente, ocorrem precipitações na forma de chuva congelada ou, mais raramente, neve (MONTEIRO, 2001).

Conforme Baptista (2009), foi após o final do Último Máximo Glacial, encerrado há 15.000 anos, que se deu o início da expansão de cobertura vegetal do tipo Floresta Estacional Decidual (ou mata caducifólia) e Floresta Ombrófila Mista (mata com araucária). Justamente sobre esta última que o ciclo extrativista da madeira teve início, a

partir da chegada de empresas madeireiras que se estabeleceram na região, a fim de levarem a bom termo os planos de ocupação territorial propostos pelo governo (BAVARESCO, 2005; SILVA, 2010). As grandes empresas madeireiras que atuaram na região eram também empresas colonizadoras e, por serem gaúchas, as propagandas difundindo a ideia de ocuparem terras férteis, de ótimo clima e de paisagens exuberantes, prontas a serem trabalhadas sob a promessa de auxílio financeiro do governo do estado catarinense, eram vendidas aos gaúchos, principalmente os de origem italiana e alemã.

Os colonizadores, antes de chegarem em Santa Catarina, estavam estabelecidos na Quarta Colônia e Santa Maria, descontentes devido à grande crise econômica iniciada em 1929, mas principalmente por perceberem que os auxílios financeiros e materiais prometidos por parte do governo não se materializava. Resolveram, então, fazer parte das primeiras levadas migratórias a ocuparem o oeste catarinense (WERLANG, 2006; SILVA, 2010). Quando vieram para Santa Catarina, deixaram para trás uma região de relevo plano, com cobertura vegetal predominante campestre. Ao chegarem à nova área a ser ocupada, encontraram fisiografia com características totalmente opostas, onde a cobertura vegetal do tipo floresta, desenvolvida sobre relevo fortemente dissecado, exigia alta capacidade de adaptação às estas novas condições. Foram tais adaptações – a maioria provocando fortes impactos ambientais negativos – que geraram as feições paisagísticas típicas do extremo oeste catarinense.

A década de 1940 do século passado é marcada pela chegada destes personagens à nova área a ser colonizada. Porém, ao chegarem nas novas terras, perceberam não serem os únicos a ocuparem este novo ambiente. Dois outros personagens distintos já existiam na região, porém o registro histórico existente sobre a ocupação territorial os relega a um segundo plano e, por serem personagens secundários, até os dias atuais são tratados como tal. Os primeiros personagens da ocupação territorial foram os índios da cultura Kaingang. Provenientes do Planalto Central Brasileiro, teriam ocupado o oeste catarinense há mais de 9.000 anos, onde se adaptaram a ambientes mais frios. Datam de 9.000 a 12.000 os artefatos mais antigos encontrados na região e são atribuídos à cultura altoparanaense (posteriormente definida como “tradição Humaitá”), e compreendem basicamente objetos líticos. Os artefatos cerâmicos, atribuídos à cerâmica Guaraní também são encontrados na região (SCHMITZ, 2011). Os artefatos cerâmicos se constituíam não somente em urnas funerárias, mas principalmente em objetos para uso

cotidiano, bem como para estoque de sementes e fermentação de bebidas (MÜLLER; SOUZA, 2011). A proveniência da matéria prima para o fabrico das peças estava predominantemente situada nas margens do Rio Uruguai, como mostram as recentes descobertas arqueológicas no extremo-oeste catarinense (SCHMITZ, 2011).

Um segundo grupo de partícipes da história ocupacional se fez presente, porém sem documentação e sem passado, denominados de “caboclos”. Também já existentes na região, atuaram ativamente nos processos iniciais da ocupação territorial, principalmente nas atividades de desmatamento e abertura de estradas. Porém, após prestarem tais serviços, foram expulsos pelas empresas colonizadoras, junto com a população indígena, para que se pudesse realizar a comercialização das glebas de terras a serem adquiridas pelos imigrantes gaúchos (RENK, 2006; VICENZI, 2008). Tal processo apagou dos registros cronológicos deste personagem da história do oeste catarinense, permanecendo os mesmos associados a uma genealogia não muito bem esclarecida. Estes dois personagens precisariam ser removidos para darem lugar aos recém chegados, e coube às empresas colonizadoras o processo de expulsão dos habitantes originais. (RENK, 2006; VICENZI, 2008).

Com a chegada dos colonizadores, a região passou a ser configurada com base em um princípio bastante difundido entre as décadas de 1930 e 1950, que é o da “natureza domada”, introduzido no Brasil por Agache, em 1930 (MENDES, 2012). Para a expansão e/ou implementação de uma cidade ou mesmo ocupação de um novo território, é necessário antes destituir o terreno de suas características naturais, para que o novo fosse estabelecido. Foi necessário o processo de expulsão de índios e caboclos, desmatamento total e canalização dos rios e córregos, para que as primeiras nucleações habitacionais fossem implantadas. Este processo de ocupação territorial e urbanização seguia o modelo de urbanização francês no início do século XX, que seria grandemente questionado na Europa do pós-guerra (MENDES, 2012). A configuração da paisagem regional, assim, teria início com a ocupação territorial do extremo oeste catarinense, afetando a densa cobertura vegetal predominante no oeste e extremo oeste catarinense. Os colonizadores teuto-italianos não foram estabelecidos nas mesmas glebas (RENK, 2006). Os migrantes de origem alemã foram instalados às margens do rio Uruguai, gerando as povoações de Porto Novo (atual Itapiranga), com alemães católicos, e Porto Feliz (atual Mondaí), com alemães protestantes (PIAZZA, 1988; EIDT, 2009).

Os migrantes de origem italiana, por sua vez, ocuparam áreas mais afastadas deste recurso hídrico, sendo a eles destinados áreas com topografias mais elevadas, como no caso de Passo Bormann (Chapecó) e Vila Oeste (atual São Miguel do Oeste). O objetivo destes colonizadores, ao chegarem na região, era ocuparem pequenas glebas de terra, inicialmente comercializando a madeira nobre, não somente a araucária, mas o cedro, louro e canjerana, espécies vegetais praticamente extintas atualmente na região. O restante da cobertura vegetal era queimada, gerando espaço para o início da lavoura de feijão, milho e mandioca. Este processo de colonização incrementava a implantação de serrarias para o beneficiamento da madeira que, depois, via rio Uruguai, era transportada até Uruguaiana e comercializada com a Argentina (BAVARESCO, 2005; EIDT, 2009).

As primeiras casas construídas em Vila Oeste, na década de 40, foram edificadas com a intenção de serem provisórias, tendo como função principal servirem somente de abrigo para o primeiro membro da família a chegar, enquanto preparava o terreno para as atividades de plantio e criação de animais, para posterior ocupação efetiva da família. A intenção era, conforme fossem os habitantes melhorando financeiramente, substituir tais casas por outras melhores e maiores, mais confortáveis, que comportassem o grande número dos constituintes da família. Nas casas era evidente a ausência de características que remetesse a certo conforto de seus habitantes. Vila Oeste não possuía ainda, nesse período, arruamentos que transmitissem a ideia de vila propriamente dita, existente somente pequenas trilhas que ligavam uma casa à outra (BAVARESCO, 2005; SILVA, 2010).

4 - Os Grandes Ciclos Econômicos Regionais e seus Impactos

Na década de 50 do século passado, o ciclo extrativista da madeira encontrava-se bem estabelecido, fomentando o crescimento de Vila Oeste. Nesta época ocorre a implementação das ruas centrais do município, seguindo o padrão de ruas largas e ortogonais, procurando determinar, em certo sentido, de como deveria se processar o crescimento urbano. Padrões de arruamento ortogonais remetem à sensação de ordenamento espacial, planejamento urbano e modernidade (TREVISAN, 2009). Estes aspectos seriam levados em conta pelos donos das grandes madeireiras para o modelo de urbanização proposto à então Vila Oeste, que seguia o mesmo padrão adotado na urbanização de grandes cidades desenhadas de então, como Brasília, futura capital

federal, Belo Horizonte e Goiânia, cujos traços modernistas impunham à sociedade um sentimento de pujança (TREVISAN, 2009). Em Vila Oeste, as ruas largas, ortogonais, ocupando espaço outrora tomado por mata virgem, incutiam, até certo ponto, tal sentimento.

No entanto, ao observarmos os traços arquitetônicos da maioria das casas construídas neste período, podemos observar que tal sentido de modernidade não se fez tão presente. Pelo contrário, a manutenção dos traços arquitetônicos esteve fortemente atrelada à herança cultural trazida pelos imigrantes aqui chegados (BOCALON & OTSUCHI, 2015). As casas simples construídas na década anterior, sem um traço arquitetônico mais elaborado ou mesmo definido, passariam a ser substituídas por outras novas, definitivas, cujas características arquitetônicas remetem ao passado cultural e étnico, principalmente o italiano. Normalmente as casas eram construídas em dois andares, o primeiro sendo o porão, e o segundo a parte residencial. O porão se constituía no local de armazenamento de produtos comercializados, tais como sementes e ferramentas, bem como espaço para maturação de produtos alimentícios, especificamente embutidos, vinhos e queijos. Eventualmente, servia também para abrigo de pequenos animais durante os meses mais frios do ano, prática que foi se perdendo conforme a cidade ia adquirindo ares mais urbanos (BAVARESCO, 2005; BOCALON & OTSUCHI, 2015).

O processo de supressão da cobertura vegetal associado a este primeiro grande ciclo econômico regional durou até o início da década de 70. A exuberante cobertura vegetal de floresta Mata Atlântica (florestas Ombrófila Mista e Estacional Decidual), após franco processo de supressão, encontra-se atualmente restrita às matas ciliares, constituindo as Áreas de Preservação Ambiental e a Floresta Nacional de Chapecó. A supressão vegetal caracteriza o primeiro grande impacto ambiental associado a um ciclo econômico regional. No entanto, não poderia ser considerada como tal, durante as décadas de 40 e 50, uma vez que existiam poucas leis ambientais que regulassem tal atividade. O primeiro código ambiental que visava a proteção de áreas florestadas foi estabelecido na lei 23.793, em 1935 (CUSTÓDIO, 1995). Entre outros aspectos, procurava estabelecer as florestas como sendo de interesse comum da União, considerando crime somente as queimadas, e não o corte da madeira. O primeiro instrumento legal que procurava proteger as áreas florestadas seria através da lei 4.771, ou Código Florestal de 1965. A lei mantinha as florestas como bens da União mas, principalmente, estabelecia as Áreas de Preservação

Permanente e instituía as Reservas Legais, parcela de floresta presente nas pequenas propriedades que não poderiam ser desflorestadas (CUSTÓDIO, 1995;). No entanto, durante a vigência do período militar, principalmente a partir da promulgação do Ato Institucional Número 5, decretado em 1968, estas resoluções deixariam de ter efeito prático (RIBEIRO, 2001).

Para a região extremo oeste, visto que neste período o ciclo econômico baseado justamente na extração da madeira estava em seu auge, este aspecto foi considerado como sendo positivo pela elite local então estabelecida. Apesar de ocorrer o desmatamento em grande escala, os pequenos agricultores necessitavam da floresta, pois a madeira tinha ampla utilização no modelo econômico associado à pequena propriedade, sendo utilizada para combustível, construção de galpões, carroças, cabos de ferramentas, etc. (ZUCHWISCHI, 2008). Para suprir tal necessidade, as espécies nativas eram e continuam sendo substituídas pelo plantio de espécies exóticas (notadamente pinus e eucalipto), por terem crescimento mais rápido mas, principalmente nos dias atuais, demandarem menos processos burocráticos relacionados à legislação ambiental, no momento do corte (ZUCHWISCHI, 2008). Associado à supressão florestal, que acarretou na dizimação completa das florestas Ombrófila Mista e da Estacional Decidual, ocorreu o desaparecimento de espécies animais, principalmente mamíferos de médio porte (FATMA, 2010), sendo as mais sentidas a onça pintada (*Panthera onca*), a onça parda (*Puma concolor*), a paca (*Cuniculus paca*), o macaco bugio (*Alouatta guariba*), o macaco sagui ou mico preto (*Sapajus nigritus*), o porco do mato ou cateto (*Pecari tajacu*), gambá ou raposa (*Didelphis marsupialis*), significando em perda irreparável de biodiversidade na região, até hoje nem parcialmente estimada, nem totalmente computada.

Os novos ocupantes deste espaço territorial tinham, por tradição, a policultura e a pequena criação de animais domésticos (aves e suínos) o que, por si, explicaria a origem da expansão agroindustrial na região – o segundo grande ciclo econômico –, principalmente a partir da década de oitenta do século passado (TESTA et al., 1996). Até esta data, a produção de suínos era a principal atividade relacionada a criação de animais, visto que a terra desprovida de sua cobertura vegetal natural, estava disponível para a plantação do milho, fonte de alimento da suinocultura à época. No início deste segundo ciclo econômico, a pequena produção era comercializada via pequenas cooperativas instaladas

na região, propiciando a venda direta de seus produtos aos poucos e pequenos frigoríficos existentes (EIDT, 2009).

No entanto, a partir da década de 90, grandes indústrias frigoríficas estabeleceram-se na região, comprando ou induzindo à falência os pequenos frigoríficos e cujo mercado principal da carne manufaturada passaria a ser o europeu e asiático (FORNECK & KLUG, 2015). Assim, os pequenos agricultores que até então dispunham de uma produção pequena mas diversificada em suas propriedades, voltam-se exclusivamente à suinocultura, a fim de abastecer as demandas cada vez maiores destes frigoríficos (TESTA et al., 1996; FORNECK & KLUG, 2015). Também a atividade relacionada à criação de animais possuía esparsa legislação ambiental reguladora. Tais regulamentações embasavam-se principalmente na Constituição Federal de 1988, com a definição de meio ambiente e impacto ambiental, bem como com a lei federal 7.735 de 1989, que instituiu o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, passando este a regulamentação de todas e quaisquer atividades produtoras de impacto ambiental. São também criadas as fundações estaduais de proteção ambiental e as polícias ambientais, cabendo a elas a fiscalização de atividades potencialmente poluidoras, estando a suinocultura entre elas (CUSTÓDIO, 1995; RIBEIRO, 2001).

A lei federal 9.605 de 1998 também passa a ter importância no sentido de regulamentar as atividades poluidoras, através do estabelecimento dos crimes ambientais (FORNECK & KLUG, 2015). Os principais impactos ambientais relacionados à suinocultura dizem respeito principalmente à emissão de dejetos sólidos (fezes) e líquidos (urina), contaminando tanto solos quanto cursos d'água. A ausência de fiscalização na adoção de medidas mitigadoras que procurassem diminuir tais impactos durante a década de 90 do século passado e início do atual, momento em que as leis e medidas protetoras ambientais estavam se consolidando, contribuíram de maneira sistemática para que a região sofresse a maior degradação ambiental desde o encerramento do primeiro grande ciclo econômico. Nas pequenas propriedades, a substituição da policultura pela suinocultura, fez com que as atividades de ofício se perdessem gradativamente na região, sendo impostas exclusivamente aquelas relacionadas à cadeia produtiva desta nova atividade, provocando a perda gradativa dos aspectos culturais relacionados à etnia italiana, até então típica na região.

5 - Considerações Finais

O estabelecimento da paisagem do município de São Miguel do Oeste, extremo oeste catarinense, consiste no somatório de atividades antrópicas extremamente impactantes, que provocaram duas grandes modificações ambientais significativas: supressão de floresta da Mata Atlântica pela atividade madeireira, e a degradação do solo e dos recursos hídricos pelas atividades relacionada à suinocultura. A paisagem atual é resultante de impactos ambientais, onde estão inseridas as personagens oficiais da história, sem coexistência com os habitantes iniciais (índios e caboclos), expulsos desde o início dos processos de ocupação territorial. As personagens remanescentes tentam imprimir um caráter étnico à paisagem, porém os esforços nesse sentido nunca foram alcançados.

Dicotomicamente, a etnicidade se manteve no círculo da pequena propriedade rural, refletida nas atividades diárias, na manutenção da culinária e na arquitetura das casas e seu porão, bem como no sotaque remanescente de ancestrais teuto-italianos. Embora tentativas oficiais procurassem estabelecer datas comemorativas alusivas à grupos étnicos de origem europeia na região como, por exemplo, a “Festa da Cultura”, realizada em 1984 (SILVA, 2010) a ausência de uma real identidade cultural coletiva na região, fez com que tais eventos não mais fossem realizados. Desta maneira, a herança cultural, no sentido de Ab´Saber (2003) encontra-se esquecida no modelamento paisagístico do extremo oeste catarinense, inserindo a região do extremo oeste catarinense na concepção de área intensamente impactada.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, A. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

BAPTISTA, A. **Mata Atlântica: uma abordagem geográfica**. Nucleus, Ituverava, v.6, n.1, p. 27-53, 2009.

BAVARESCO, P.R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó, Argos, 2005. 219 p.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. Cadernos Ciências da Terra, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 129-143, 1972.

_____. **Entrevista com o professor Georges Bertrand**. Geosul, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 144-160, 1998.

BITAR, O.Y. **Curso de geologia aplicada ao meio ambiente**. São Paulo, ABGE/IPT, 1995. 247 p.

BOCALON, VL.S.; OTSUCHI, C. **Os banhados e a evolução de paisagem no município de Chapecó – Oeste de Santa Catarina – Brasil**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 19, n. 1, 93-104, 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (org.). **A viagem de 1929, oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó, Argos, 2005. 207 p.

CUSTÓDIO, H.B. Legislação brasileira do estudo de impacto ambiental. In: TAUKE, S.M. (Org.). **Análise ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Unesp, 1995, cap. 3, p. 45-64.

EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó, Argos, 2009. 376 p.

FATMA/SC. **Lista das espécies da fauna ameaçada de extinção em Santa Catarina: relatório técnico final**. Florianópolis, FATMA/IGNIS, 2010. 57 p.

FORNECK, E.; KLUG, J. **Impactos sócio ambientais da suinocultura no oeste catarinense: do visível ao invisível**. In: XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis, julho de 2015. Florianópolis, ANPUH, p. 1-14.

IBGE, 2014. Disponível em: www.mapas.ibge.gov.br/político-administrativo/estaduais

MENDES, J.T. **O plano Agache e o Rio de Janeiro: propostas para uma cidade jardim-desigual**. Revista Habitus, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 113-124, 2012.

MONTEIRO, M.A. **Caracterização climática do estado de Santa Catarina: uma abordagem dos principais sistemas atmosféricos que atuam durante o ano**. Geosul, Florianópolis, v.16, n.31, p 69-78, 2001.

MÜLLER, L. M.; SOUZA, S.M. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P.I. (Orgs.). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó, Argos, 2011, cap. 2, p. 49-107.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis, Lunardelli, 1988. 215 p.

PRATES, A.M.M. et al. **Hidrografia de Santa Catarina**. Geosul, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 69-76, 1986.

RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó, Argos, 2006. 250 p.

RIBEIRO, W.C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo, Contexto, 2001. 176 p.

SALGADO-LABOURIAU, M.L. **História ecológica da Terra**. São Paulo, Edgard Blücher, 1994. 307 p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985. 88 p.

_____. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo, Hucitec, 1994. 94 p.

SCHMITZ, P. I. A ocupação indígena do oeste catarinense. In: CARBONERA, M.; SCHMITZ, P. I. (Orgs.). **Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas.** Chapecó, Argos, 2011, cap 1, p. 15-47.

SILVA, A.L. **Fazendo cidade: memória e urbanização no extremo oeste catarinense.** Chapecó, Argos, 2010. 276 p.

TESTA, V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão).** Florianópolis, EPAGRI, 1996. 247 p.

TREVISAN, R. **Cidades novas.** 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2009.

VICENZI, R. **Mito e história na colonização do oeste catarinense.** Chapecó, Argos, 2008. 162 p.

WERLANG, A.A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil.** Chapecó, Argos, 2006. 149 p.

ZUCHIWSCHI, E. **Florestas Nativas na Agricultura Familiar de Anchieta, Oeste de Santa Catarina: Conhecimentos, Usos e Importância.** 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.